

QUEBRANDO QUESTÕES

DIREITO ADMINISTRATIVO
DIREITO CONSTITUCIONAL
DIREITO PENAL
PROCESSO PENAL

SIMULADO 03

*Quebrando
Questões*

Direito Administrativo

(CESPE/PC-PB/2009)

01) Os órgãos públicos não têm personalidade jurídica, mas detêm, via de regra, capacidade processual para buscar seus direitos, em nome próprio, nas ações judiciais.

Comentário:

Características dos Órgãos
- Surgem da desconcentração ;
- Integram a estrutura de uma pessoa jurídica ;
- Não possuem patrimônio próprio ;
- Só podem ser extintos ou criados por lei conforme o Art.49,XI, CF/88;
- Podem firmar contrato de gestão nos termos do artigo 37, § 8º CF.;
- Não possuem personalidade jurídica própria ;
- Não possuem capacidade processual , ou seja, não podem estar em juízo (REGRA)*;
- Conforme o STF , a iniciativa de lei para a criação ou extinção de órgão da administração pública é privativa do chefe do executivo em todos os entes federativos.
* O M.P é um órgão que possui capacidade processual ativa podendo propor ações preventivas de acordo com o Art.129, CF/88. (Exceção)
* Alguns órgãos (independentes ou autônomos) têm o direito de ajuizar ações para defender suas competências quando violadas por terceiros . Trata-se da " CAPACIDADE PROCESSUAL EXCEPCIONAL ". (Exceção)

Gabarito: Errado.

(MS-CONCURSOS/TRT-9/2009)

02) A Administração Pública, através de seu poder de polícia, tem a faculdade de condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado. Tal poder de polícia tem, entre outros, o atributo da autoexecutoriedade, pelo que, inclusive as multas decorrentes de tal poder podem ser executadas administrativamente.

Comentário:

A execução da cobrança de multa decorre pela via judicial.

Macete	
Aplicação de multa	Exigibilidade ou coercibilidade
Retirada imediata de um Carro no meio da Avenida	Autoexecutoriedade
Cobrança de multa	Intervenção do poder judiciário.

Poder de Polícia
- Poder utilizado pela Administração Pública que condiciona ou restringe o uso de bens e a prática de atividades privadas , em prol dos interesses da coletividade .
- Prevalece o princípio da supremacia do interesse público , em que o interesse do particular é limitado devido ao interesse público ;
- Poder de Polícia em sentido estrito : Representa o exercício de função administrativa que, fundada em lei , restringe e condiciona o exercício de direitos e atividades privadas .
- Poder de Polícia em sentido Amplo : Além de exercer a atividade administrativa, pode editar leis que condicionem e limitem a liberdade e a propriedade , sendo chamadas de limitações administrativas ;
- O poder de polícia está sujeito ao controle de legalidade do Poder Judiciário ;
- Deve observar o devido processo legal e os princípios da razoabilidade e proporcionalidade ;
Competência para Exercer o Poder de Polícia
- O Poder de Polícia será exercido pela pessoa federativa em que a CF/88 estabeleceu o poder de regulamentar a matéria ;
- É possível a firmação de convênios e consórcios entre os entes federativos para exercer de forma cooperada o poder de polícia , como é o caso nas fiscalizações de trânsito ;

Atribuições do Poder de Polícia
- O poder de polícia possui três atributos :
* Discrecionabilidade ;

- * Autoexecutoriedade;
- * Coercibilidade.

Gabarito: Errado.

(FCC/PGM-Teresina-PI/2010)

03) A hierarquia não é cabível apenas no âmbito da função administrativa, sendo plenamente aplicável aos agentes públicos no exercício das funções jurisdicional e legislativa.

Comentário:

Poder Hierárquico
- Tem como objetivo ordenar, coordenar, controlar e corrigir as atividades administrativas , no âmbito interno da Administração Pública;
- Não existe hierarquia entre a Administração Direta e as entidades componentes da Administração Indireta, nem entre os Poderes ou entre a Administração e os administrados (Povo) ;
- Não se apresenta nas funções típicas do poder legislativo e do poder judiciário , mas apenas em funções administrativas ;
- Os subordinados são vinculados às determinações dos seus superiores, salvo quando forem: <ul style="list-style-type: none">* Ilegais;* De competência exclusiva do órgão subordinado;* Consultoria jurídica ou técnica;* Órgãos incumbidos de adotar decisões administrativas.

Gabarito: Errado.

(IBFC/TCM-RJ/2016)

04) Quando o Estado deixa de fazer o serviço por não tê-lo disponível à sociedade ou por tê-lo deficiente (omissão genérica), a responsabilidade é subjetiva, segundo abalizada doutrina administrativista.

Comentário:

Responsabilidade por Omissão do Estado
- A omissão pode ser: <ul style="list-style-type: none">* Genérica ou imprópria; (Aplica-se a Teoria da Culpa Administrativa – Responsabilidade Subjetiva)* Específica ou própria. (Aplica-se a Teoria do Risco Administrativo – Responsabilidade Objetiva)

Genérica ou imprópria
Está relacionada à responsabilidade subjetiva ;
Conforme o STJ, a responsabilidade civil do estado por condutas omissivas é subjetiva , sendo necessário , dessa forma, comprovar a negligência na atuação estatal , o dano e o nexo causal entre ambos.
O lesado deve comprovar a omissão do Estado quando deveria ter agido;
Tal omissão deverá ser ilícita, ilegal , ou seja, o serviço do estado não funcionou ou funcionou mal, não existiu ; (Faute Du Service);
A omissão do Estado, embora não seja causa direta e imediata , concorre para o resultado - concausa juntamente com força maior, fato de terceiro ou da própria vítima .
Ex: Negligência em segurança de balneário público, queda de ciclista em bueiro aberto há muito tempo em péssimo estado de conservação, poste de ferro que cai sobre idoso no calçada por estar enferrujado.
- Ex.1: Ocorre uma tempestade na cidade e o serviço de saneamento não funciona por causa da falta de manutenção do Município e prejudica diversas pessoas. (Responsabilidade Subjetiva)
- Ex.2: Ocorre uma tempestade na cidade e o serviço de saneamento está funcionando normalmente e prejudica diversas pessoas. (Não existe Responsabilidade Subjetiva)
Específica ou própria
Existe uma determinação jurídica de o Estado atuar e este se omite. A omissão será causa direta e imediata do resultado. (Responsabilidade Objetiva)
Está presente quando o Estado mantém pessoas em custódia .
Ex: Morte de detento em rebelião, acidente com aluno nas dependências da escola, paciente de emergência que recebe alta sem realizar exames e vem a falecer.
Ex: Um cidadão é assaltado, em rua movimentada, em frente à delegacia, onde havia policiais na entrada, que nada fizeram.

Gabarito: Correto.

(CESPE/STM/2013)

05) Conforme a Lei de Improbidade Administrativa, os servidores públicos devem apresentar obrigatoriamente, todos os anos, a declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio, sob pena de demissão.

Comentário:

L. 8.429/92. Art. 13. A **posse e o exercício** de agente público ficam **condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores** que compõem o **seu patrimônio privado**, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente.

§ 1º A declaração compreenderá imóveis, móveis, semoventes, dinheiro, títulos, ações, e qualquer outra espécie de bens e valores patrimoniais, localizado no **País ou no exterior**, e, **quando for o caso**, abrangerá os bens e valores patrimoniais do **cônjuge ou companheiro, dos filhos e de outras pessoas** que vivam sob a **dependência econômica** do declarante, **excluídos apenas os objetos e utensílios de uso doméstico**.

§ 2º A declaração de bens será **anualmente atualizada** e na **data em que** o agente público **deixar o exercício** do mandato, cargo, emprego ou função.

§ 3º Será **punido** com a pena de **demissão**, a bem do serviço público, **sem prejuízo de outras sanções cabíveis**, o agente público que se **recusar** a prestar declaração dos bens, **dentro do prazo** determinado, ou que a **prestar falsa**.

Gabarito: Correto.

Direito Constitucional

(Quadrix/CRM-AC/2019)

06) Uma das garantias à liberdade é a previsão constitucional de que ninguém será obrigado a fazer alguma coisa senão em virtude de lei, mas a mesma prerrogativa não se aplica para deixar de fazer algo.

Comentário:

CF/88. Art. 5. II - **ninguém** será obrigado a **fazer ou deixar de fazer** alguma coisa **senão em virtude de lei**;

Gabarito: Errado.

(FCC/TJ-MA/2019)

07) É a todos assegurada, após o regular pagamento de taxas, a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.

Comentário:

CF/88. Art. 5. XXXIV - são a todos assegurados, **independentemente** do pagamento de taxas:

- a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;
- b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;

Gabarito: Errado.

(VUNESP/SAEG/2015)

08) O mandado de segurança é cabível contra lei em tese, mas não tem cabimento quando se tratar de lei de efeito concreto.

Comentário:

STF/Súmula 266

Não cabe mandado de segurança contra lei em tese.

Gabarito: Errado.

(CESPE/CGE-CE/2018)

09) Conforme os dispositivos constitucionais e a jurisprudência do STF com relação à repartição de competências, é correto afirmar que compete aos estados legislar, de forma concorrente, sobre as normas de processo e julgamento dos crimes de responsabilidade praticados por governadores.

Comentário:

STF/Súmula Vinculante 46

A definição dos **crimes de responsabilidade** e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento são de **competência legislativa privativa da União**.

Gabarito: Errado.

(CESPE/TCE-PR/2016)

10) Em matéria de proteção ao meio ambiente, a competência legislativa concorrente entre a União e os estados não afasta a competência do município para legislar sobre o assunto de forma suplementar.

Comentário:

CF/88. Art. 30. Compete aos **Municípios**:

II - **suplementar** a legislação **federal** e a **estadual** no que couber;

STF/RE 194.704

Meio ambiente e poluição: competência municipal.

O Município tem **competência para legislar sobre meio ambiente e controle da poluição**, quando se tratar de **interesse local**.

Com esse entendimento, o Plenário, em conclusão de julgamento e por maioria, negou provimento a recurso extraordinário em que se debateu a competência dos Municípios para legislar sobre proteção do meio ambiente e controle da poluição. Cuida-se, na espécie, de recurso extraordinário contra acórdão de tribunal estadual que, ao julgar apelação em mandado de segurança, **reconheceu a legitimidade de legislação municipal com base na qual se aplicaram multas por poluição do meio ambiente, decorrente da emissão de fumaça por veículos automotores no perímetro urbano** (vide Informativos 347, 431 e 807).

O Colegiado, preliminarmente e por decisão majoritária, conheceu do recurso. Entendeu viável a utilização de mandado de segurança, uma vez ter sido impugnado, no caso, ato concreto fundado na legislação municipal, cuja alegada não recepção pelo ordenamento constitucional vigente é objeto de controvérsia no recurso.

Vencido, no ponto, o ministro Dias Toffoli, que reputou extinto o mandado de segurança e, subsequentemente, prejudicado o recurso. Aduziu não caber mandado de segurança contra lei em tese (1).

No mérito, **o Plenário considerou que as expressões “interesse local”, do art. 30, I, da Constituição Federal (CF), e “peculiar interesse”, das Constituições anteriores, se equivalem e não significam interesse exclusivo do Município, mas preponderante.** Assim, a matéria é de competência concorrente (CF, art. 24, VI), sobre a qual a União expede normas gerais. Os Estados e o Distrito Federal editam normas suplementares e, na ausência de lei federal sobre normas gerais, editam normas para atender a suas peculiaridades (2). **Por sua vez, os Municípios, com base no art. 30, I e II, da CF (3), legislam naquilo que for de interesse local, suplementando a legislação federal e a estadual no que couber.**

Vencidos os ministros Cezar Peluso, Eros Grau e Gilmar Mendes, que proveram o recurso. Asseveraram que a matéria de fundo diz respeito ao art. 22, XI, da CF (4).

Gabarito: Correto.

Direito Penal

(CESPE/PC-MA/2018)

11) O Código Penal estabelece como hipótese de qualificação do homicídio o cometimento do ato com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum. Esse dispositivo legal é exemplo de interpretação analógica.

Comentário:

Ocorre **Homicídio Qualificado**:

* Com **emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura** ou **outro meio insidioso ou cruel**, ou de que possa resultar perigo comum;

* À **traição, de emboscada**, ou mediante dissimulação ou **outro recurso que dificulte** ou torne impossível a defesa do ofendido;

Tais termos destacados admitem a interpretação analógica, que é interpretação extensiva do dispositivo.

Interpretação Analógica
É um método de interpretação .
Retira o sentido da norma a partir dos próprios elementos fornecidos por ela.
Existe uma norma regulando a hipótese expressamente , mas de forma genérica , tornando necessário o recurso à via interpretativa .
Não se confunde com a Analogia.
Analogia da Lei Penal
É um método de integração da norma;
- É uma técnica utilizada para suprir a falta de uma lei , ou seja, é uma técnica de integrativa em que o aplicador do Direito irá utilizar outra norma para utilizar no caso concreto ;
- A analogia da lei só é utilizada para o benefício do réu (analogia in bonam partem), nunca para prejudicá-lo (analogia in malam partem);
Não se admite o emprego de analogia para normas incriminadoras , uma vez que não se pode violar o princípio da reserva legal .

Gabarito: Correto.

(FUNDEP/DPE-MG/2019)

12) De acordo com entendimento firmado no Superior Tribunal de Justiça, responde por homicídio simples aquele que pratica o delito sem motivo, não se admitindo a incidência da qualificadora do motivo fútil pelo simples fato de o delito ter sido praticado com ausência de motivos.

Comentário:

Homicídio Qualificado - Por motivo fútil
Ocorre quando uma pessoa tira a vida de outra por um motivo besta .
Motivo injusto não se confunde com motivo fútil.
OBS: O crime cometido por ausência de motivo é considerado qualificado por motivo fútil pela doutrina , já o STJ o considera um homicídio simples .

STJ/REsp: 1.718.055 GO
1. A ausência de motivo não caracteriza a qualificadora do inciso II do parágrafo 2º do artigo 121 do Código Penal (por motivo fútil), sob pena de violação ao princípio da reserva legal .

STJ/HC: 369163 SC
A jurisprudência desta Corte Superior não admite que a ausência de motivo seja considerada motivo fútil , sob pena de se realizar indevida analogia em prejuízo do acusado .

Gabarito: Correto.

(FUNCAB/PC-RO/2014)

13) O crime de lesão corporal seguido do resultado morte, disposto no artigo 129, § 3º, do Código Penal, é exemplo de crime preterdoloso.

Comentário:

Lesão corporal seguida de morte - CP/40. Art. 129. §3º

Ocorre quando um agente **pratica lesão corporal** e esta **acarreta** com consequência a **morte**.

É considerado um **crime preterdoloso**, que ocorre quando o **agente age com dolo** querendo cometer **lesão corporal** e **age com culpa** no resultado (**morte/homicídio**).

CP/40. Art. 129. §1º. § 3º Se **resulta morte** e as **circunstâncias evidenciam** que o **agente não quis o resultado, nem assumiu o risco** de produzi-lo:

Pena - **reclusão**, de **quatro a doze anos**.

Gabarito: Correto.

(CESPE/TJ-ES/2013)

14) Havendo o dolo de matar, considera-se a relação sexual forçada e dirigida à transmissão do vírus da AIDS idônea para a caracterização do crime de periclitación contra a vida.

Comentário:

STJ/HC 9.378/RS

Havendo **dolo de matar**, a **relação sexual forçada** e **dirigida à transmissão** do vírus da **Aids** é idônea para a caracterização da **tentativa de homicídio**.

Periclitación da Vida e Saúde – CP/40. Capítulo III

Espécie do gênero **crimes de perigo**;

O **dolo** do agente consiste em **criar uma circunstância de perigo**, ao invés de lesar a vítima diretamente.

O crime é **formal**, **não sendo relevante a consumação** do dano para sua ocorrência, ou seja, **dispensa** o resultado **naturalístico** (Crime **Material**).

A **doutrina** divide os crimes de Periclitación da Vida e Saúde em:

Crimes de perigo **concreto**: **Comprovação** do sujeito que **sofreu o real perigo** de dano.

Crimes de perigo **abstrato**: **Não existe a necessidade de provar quem foi exposto pelo risco**, sendo a **conduta presumida**.

Não é possível a modalidade **culposa**.

Gabarito: Errado.

(CESPE/PC-MA/2018)

15) Com relação aos crimes contra a administração pública, assinale a opção correta.

Ser membro de poder ou exercer cargo de elevada envergadura são circunstâncias irrelevantes para a formulação da pena-base dos crimes contra a administração pública.

Comentário:

STJ/APn 675/GO

A prática de crime contra a Administração Pública por **ocupantes de cargos de elevada responsabilidade** ou por membros de poder **justifica a majoração da pena-base**.

Gabarito: Errado.

Direito Processual Penal

(FCC/DPE-RR/2015)

16) O Ministério Público não pode intervir na ação penal de iniciativa privada.

Comentário:

CPP/41. Art. 45. A **queixa**, ainda quando a **ação penal** for **privativa** do ofendido, poderá ser **aditada** pelo **Ministério Público**, a quem caberá **intervir em todos os termos subsequentes** do processo.

Gabarito: Errado.

(FCC/DPE-RR/2015)

17) O direito de representação poderá ser exercido mediante declaração oral feita à autoridade policial.

Comentário:

CPP/41. Art. 39. O **direito de representação** poderá ser exercido, **pessoalmente ou por procurador com poderes especiais**, mediante declaração, **escrita ou oral**, feita ao **juiz**, ao **órgão do Ministério Público**, ou à **autoridade policial**.

Gabarito: Correto.

(CESPE/TJ-DFT/2013)

18) A autodefesa, que, pelo princípio da ampla defesa, é imposta ao réu, é irrenunciável.

Comentário:

Princípio da Ampla Defesa
- Estabelece que o acusado possua o direito à produção de provas , a recursos em face das decisões judiciais, assistência integral e gratuita, dentre outros instrumentos.
- O réu pode se recusar a exercer a autodefesa , pois tem o direito de permanecer em silêncio , já a defesa técnica é indispensável ao processo criminal .
- Caso o réu não possua defesa técnica , o Juiz encaminhará os autos à Defensoria Pública , para que atue como curador do acusado , ou não existindo Defensoria no local, nomeará defensor dativo .

Gabarito: Errado.

(FCC/TJ-PE/2013)

19) No processo penal, assim como no direito penal, é sempre admitida a interpretação extensiva e aplicação analógica das normas.

Comentário:

No **Direito Processual penal** é **possível** a aplicação **analógica** tanto **contra quanto a favor do réu**. Já no **Direito Penal** não se admite, salvo para beneficiar o réu, a **aplicação analógica**.

Interpretação e Integração da Lei Processual
- CPP/41. Art. 3º A lei processual penal admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica , bem como o suplemento dos princípios gerais de direito .
- Interpretação Extensiva : é a extensão do alcance do que diz a lei, sem violar o princípio da legalidade .
- Aplicação Analógica : É o mesmo que comparação . É uma forma de integração da lei penal que será utilizada quando não existir norma disciplinando determinado caso. Utiliza-se uma norma aplicável a outro caso.
- É possível utilizar o instituto da analogia quando os casos apresentarem: * Igual valoração jurídica ; * Circunstâncias semelhantes .
OBS : A analogia in malam partem pode ser aplicada, caso não existam lesões a conteúdos de natureza material (penal).
OBS : Os princípios gerais do Direito têm como uma de suas finalidades integrarem a lei , complementando as lacunas existentes .
A Lei processual penal admite interpretação extensiva e analógica , assim como o suplemento dos princípios gerais de direito.

Gabarito: Errado.

(FCC/DPE-RS/2018)

20) Sobre a teoria geral da prova, considere as assertivas abaixo:

No crime de receptação, efetivada a prisão do agente com a posse do objeto de origem criminosa, opera-se a chamada inversão do ônus da prova no processo penal.

Comentário:

STJ/HC 483.023 SC

A conclusão das instâncias ordinárias está em sintonia com a jurisprudência consolidada desta Corte, segundo a qual, no **crime de receptação**, se o bem houver sido apreendido em poder do paciente, caberia à defesa apresentar prova acerca da origem lícita do bem ou de sua conduta culposa, nos termos do disposto no art. 156 do Código de Processo Penal, **sem que se possa falar em inversão do ônus da prova.**

Gabarito: Errado.